

Rumor continua no mercado e gabinetes

MILANO LOPES
Da Editoria de Economia

Os desmentidos veementes do ministro da Fazenda, Dilson Funaro, não impediram que continuassem se alastrando pelo mercado e nos corredores dos gabinetes da administração econômica, as especulações sobre um novo pacote de medidas destinadas a conter o consumo e arregimentar recursos para o Governo financiar as empresas estatais deficitárias, como a Eletrobrás. O próprio Presidente da República, segundo seu porta-voz oficial, Fernando César Mesquita, mandou dizer que há um número avultado de sugestões nessa linha, mas até agora nenhuma decisão foi tomada. Segundo César, não está sequer definido se Sarney fará à Nação sobre as novas medidas na próxima semana, antes de seguir para Buenos Aires, em visita oficial.

Mas, enquanto o Governo toma providências para evitar a divulgação antecipada das medidas, com o propósito de conjurar o efeito do anúncio prévio sobre o mercado, especialmente a bolsa, ampliam-se os vazamentos, na mesma proporção em que aumenta o número de pessoas que participam dos entendimentos, já na sua fase mais adiantada. No início da noite de ontem eram dadas como postas na mesa de discussão as seguintes medidas:

1) - Elevação das alíquotas do IOF incidentes sobre operações financeiras, especialmente empréstimos bancários, com o propósito de conter a demanda de crédito;

2) - Alteração no regime de alíquotas do Imposto de Renda incidente sobre as operações com títulos de renda fixa, especialmente CDB, ampliando-se a alíquota que abrange as operações de curto prazo, de até 90 dias, em mais dez pontos de percentagem, de 45 para 55 por

cento, e reduzindo-se, na mesma proporção, ou seja, de 45 para 35 por cento, a incidência sobre as operações de mais longo prazo. O objetivo é estimular a poupança de longo prazo e desconcentrar as aplicações no curto prazo;

3) - Aplicação de um empréstimo compulsório envolvendo as tarifas de energia elétrica e a compra de automóveis e outros bens duráveis. Esse empréstimo seria devolvido, cinco anos depois de cobrado, correndo juros de 6 por cento ao ano, fórmula que anularia seu efeito inflacionário;

4) - Decisão para conter a continua valorização do dólar no mercado paralelo, que ontem manteve-se no nível de Cr\$ 22,50, com um diferencial de mais de 60% sobre a taxa oficial. Nessa linha, o dolar turismo, apesar das objeções de uma corrente do Governo, seria uma das alternativas;

5) - Incidência de uma alíquota maior do Imposto de Renda para as empresas cujo acréscimo de faturamento seja decorrente da cobrança de ágio sobre os preços tabelados. Uma forma de fazer tal verificação seria uma comparação entre o va-

lor da venda e o volume físico do produto vendido.

MUTISMO

Além da manifestação do Palácio do Planalto e do ministro da Fazenda, negando terminantemente a possibilidade da adoção, a curíssimo prazo, de um "pacote" de contenção do consumo, os demais setores da área econômica permanecem em completo mutismo, inclusive no Ministério do Planejamento, que tem um pretexto mais do que razoável para trabalhar "full time" este fim de semana: a complementação do Plano de Metas e o término das negociações com o Ministério da Administração em torno da reforma administrativa.

Os indícios, no entanto, são claros apontando na direção da adoção de um novo "pacote" econômico: para hoje estão programadas reuniões informais com os chamados "país do cruzado", e o consultor jurídico, Saulo Ramos, foi colocado de sobreaviso pelo Palácio do Planalto, com a recomendação de que não deve ausentar-se de Brasília. Até ontem à tarde, o consultor não havia recebido nenhuma demanda por parte dos Ministérios da área econômica ou do Palácio do Planalto, o que se explica pelo fato de que ele só entra na conversa para definir a moldura jurídica do problema. Antes, sua viabilidade técnica e econômica e as repercussões políticas e sociais são discutidas, inicialmente, no âmbito dos ministros com seus assessores e consultores e, numa segunda fase, com o Presidente da República, a quem cabe a palavra final. A primeira fase dessa discussão se processa agora, sendo provável que o Presidente da República participe da segunda fase, já no início da próxima semana, de modo a que tudo esteja resolvido e divulgado até a sexta-feira, dia 25.



Dilson Funaro